

**Juventude rural e escolarização: da negação de direitos às possibilidades de resistência na Chapada do Apodi-Ceará**

**Rural youth and schooling: from denial of rights to possibilities of resistance in Chapada do Apodi-Ceará**

**Juventud rural y escolarización: de la negación de los derechos a las posibilidades de resistencia en Chapada do Apodi-Ceará**

Recebido: 11/06/2020 | Revisado: 16/06/2020 | Aceito: 18/06/2020 | Publicado: 29/06/2020

**João Paulo Guerreiro de Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3055-8182>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: [joaopaulo.guerreiro@ifce.edu.br](mailto:joaopaulo.guerreiro@ifce.edu.br)

**Sandra Maria Gadelha de Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0759-2788>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: [Sandra.gadelha@uece.br](mailto:Sandra.gadelha@uece.br)

**Diana Nara da Silva Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2710-1904>

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

E-mail: [diana.nara@uece.br](mailto:diana.nara@uece.br)

**Leide Carla de Freitas Nunes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0963-0397>

Prefeitura de Limoeiro do Norte, Brasil

E-mail: [leidecarlafn@gmail.com](mailto:leidecarlafn@gmail.com)

**Resumo**

A juventude rural é o foco deste estudo, com recorte espacial aos jovens de comunidades localizadas na Chapada do Apodi, especialmente dos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré. A pesquisa teve como objetivos analisar os desafios da escolarização da juventude da Chapada do Apodi, nos aspectos do acesso e permanência, bem como discutir as possibilidades de resistência que se constroem na Chapada do Apodi. O estudo foi dividido em dois momentos: o primeiro discute as categorias território, educação do campo e juventudes rurais, articulando-as ao contexto em foco. O segundo momento trata da pesquisa

de campo, em que foram entrevistados jovens oriundos da Chapada do Apodi, matriculados ou não no ensino médio. A pesquisa possibilitou conhecer suas trajetórias de escolarização, marcadas ora pela descontinuidade, ora pela permanência na escola, permitindo refletir que o contexto nega este direito a vários sujeitos. No entanto, paulatinamente, constroem-se experiências de resistência na Chapada, as quais impulsionam o redesenhar deste cenário. Por fim, consideramos a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, voltada à formação da juventude rural da região, como experiência que ilustra a práxis político-educativa que nasce da resistência dos sujeitos, movimentos e coletivos sociais.

**Palavras-chave:** Juventude rural; Escolarização de jovens; Educação do campo; Ensino.

### **Abstract**

Rural youth is the focus of this study, with spatial focus on young people from communities located in Chapada do Apodi, especially in the municipalities of Limoeiro do Norte and Quixeré. The research aimed to analyze the challenges of schooling the youth of Chapada do Apodi, in the aspects of access and permanence, as well as to discuss the possibilities of resistance that are built in Chapada do Apodi. The study was divided into two moments: the first discusses the categories territory, rural education and rural youth, articulating them to the context in focus. The second part deals with field research, in which young people from Chapada do Apodi, enrolled or not in high school, were interviewed. The research made it possible to learn about their schooling trajectories, marked sometimes by discontinuity, sometimes by staying in school, allowing to reflect that the context denies this right to several subjects. However, resistance experiences are gradually built in Chapada, which stimulate the redesign of this scenario. Finally, we consider the Jaguaribana Agricultural Family School Zé Maria do Tomé, focused on the formation of rural youth in the region, as an experience that illustrates the political-educational praxis that arises from the resistance of individuals, movements and social collectives.

**Keywords:** Rural youth; Schooling for young people; Rural education; Teaching.

### **Resumen**

La juventud rural es el foco de este estudio, con un enfoque espacial en los jóvenes de las comunidades ubicadas en Chapada do Apodi, especialmente en los municipios de Limoeiro do Norte y Quixeré. La investigación tuvo como objetivo analizar los desafíos de la escolarización de los jóvenes de Chapada do Apodi, en los aspectos de acceso y permanencia, así como discutir las posibilidades de resistencia que se construyen en Chapada do Apodi. El

estudio se dividió en dos momentos: el primero discute las categorías territorio, educación rural y juventud rural, articulándolos con el contexto en foco. La segunda parte trata de la investigación de campo, en la que se entrevistó a jóvenes de Chapada do Apodi, matriculados o no en la escuela secundaria. La investigación permitió conocer sus trayectorias escolares, a veces marcadas por la discontinuidad, a veces por permanecer en la escuela, lo que permite reflejar que el contexto niega este derecho a varias materias. Sin embargo, las experiencias de resistencia se construyen gradualmente en Chapada, lo que estimula el rediseño de este escenario. Finalmente, consideramos la Escuela Agrícola Familiar Jaguaribana Zé Maria do Tomé, centrada en la formación de jóvenes rurales en la región, como una experiencia que ilustra la praxis político-educativa que surge de la resistencia de individuos, movimientos y colectivos sociales.

**Palabras clave:** Juventud rural; La escolarización para jóvenes; Educación rural; Enseñanza.

## 1. Introdução

A juventude rural foi objeto deste estudo, com recorte espacial aos jovens de comunidades da Chapada do Apodi, situada na divisa dos estados do Ceará<sup>1</sup> e Rio Grande do Norte. Por se tratar de uma região marcada por lutas sócio-ambientais e conflitos entre pequenos agricultores e empresários da fruticultura que ali se instalaram a partir da década de 1990, merece reflexão sobre os desafios destes sujeitos diante de um contexto de negação do direito à vida.

De acordo com Freitas (2010) e Mendes, Carvalho & Freitas (2016), a instalação das empresas, acompanhada da expansão do agronegócio na Chapada do Apodi, impulsionou a evacuação de comunidades e acentuou as mazelas sociais naquele espaço, uma vez que, feita esta desterritorialização, a população reduziu-se a ponto de culminar na extinção de comunidades e consequente fechamento das escolas de ensino fundamental das comunidades Km 69, Santa Maria e Santa Fé. Tal fato vem se tornando uma prática constante nas comunidades do campo, pois segundo dados do Censo Escolar - INEP (2016), entre 2003 e 2015, foram fechadas 36.596 escolas rurais; os dados tornam-se ainda mais agravantes, se considerarmos os anos de 2013 e 2014, quando houve o fechamento de 4.084 escolas rurais.

Não obstante, há um agravamento para a continuidade da escolarização, pois na Chapada do Apodi não existem escolas de nível médio, então os jovens são obrigados a se

---

<sup>1</sup> Precisamente nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré.

deslocar, cotidianamente, cerca de 60 (sessenta) quilômetros (considerando percursos de ida e volta, a depender da comunidade) até a sede do município de Limoeiro do Norte, para a conclusão da educação básica.

Na pesquisa “Trajetórias escolares de jovens da Chapada do Apodi”<sup>2</sup>, realizada por Nunes (2018), constatou-se que entre 2014 e 2016, 119 adolescentes concluíram o ensino fundamental na Chapada do Apodi, sendo que apenas 57 destes efetuaram matrícula na Escola de Ensino Médio Lauro Rebouças de Oliveira<sup>3</sup>, Limoeiro do Norte.

Frente a este quadro, esta pesquisa enfoca o processo de escolarização da juventude da Chapada do Apodi. O interesse pela temática ganha sentido a partir da nossa formação acadêmica, quando pudemos voltar-nos aos estudos sobre a educação no seio dos movimentos sociais que lutam contra o agronegócio na Chapada do Apodi, participando da pesquisa “A Educação do Campo e o Movimento 21: novas formas de resistência social à lógica do mercado”. Esta oportunidade foi determinante para ampliar nossa visão acerca da temática, na intenção de contribuir e fortalecer as lutas vividas pelos atores que compõem aquele cenário de disputas entre a agricultura familiar e o agronegócio.

Em conversas com professores das escolas da Chapada do Apodi constatou-se que muitos jovens, bastante desestimulados, interrompiam os estudos por vários motivos: casamento ou gravidez, trabalho nas empresas e dificuldades de aprendizagem. Outros, ao concluírem o ensino fundamental, não davam prosseguimento aos estudos, corroborando com o elucidado por Nunes (2018).

Diante desta contextualização, cabe questionar: Que motivos levam tantos jovens a não darem prosseguimento aos estudos no ensino médio? Onde estão estes jovens cuja matrícula no ensino médio não foi efetuada? A juventude da Chapada do Apodi tem criado uma identidade camponesa? Buscar respostas a estes questionamentos mostrou-se imprescindível, por concentrar questões relativas à educação da juventude rural em áreas cercadas pelos desmandos do agronegócio. Não obstante, há poucos estudos que contemplam tal temática, o que torna ainda mais necessária à discussão acerca das inter-relações as disputas por terra, território e educação na Chapada do Apodi.

---

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida no Laboratório de Estudos da Educação do Campo – LECAMPO/FAFIDAM-UECE, sob coordenação da professora Dra. Sandra Maria Gadelha de Carvalho, no período de 2016 e 2017, da qual resultou, entre outros estudos, a monografia de Nunes (2018). A pesquisa detectou dados estatísticos da permanência dos jovens e suas impressões sobre a escola em uma comunidade da Chapada.

<sup>3</sup> Os alunos das comunidades da Chapada do Apodi, via de regra, optam pela matrícula nesta unidade de ensino.

Assim, esta pesquisa teve como objetivos: (1) analisar os desafios da escolarização da juventude da Chapada do Apodi, nos aspectos do acesso e permanência; e (2) discutir as possibilidades de resistência que se constroem na Chapada do Apodi, com foco na Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa tem como *lócus* de investigação a Chapada do Apodi, com recorte às comunidades Tomé, Cabeça Preta e Santa Maria, no período compreendido entre 2018 e 2019. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, do tipo descritivo e explicativo. Segundo Pereira et al. (2018), nos métodos qualitativos: “é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neles a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas com questões abertas” (p. 67).

O estudo foi desenvolvido em dois momentos: teórico e empírico. Inicialmente desenvolveu-se pesquisa bibliográfica, caracterizada por Marconi & Lakatos (2001) como o:

[...] levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, entre outros, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo (p. 66)

Na pesquisa bibliográfica, discutiu-se a categoria território à luz de Fernandes (1999) e o cotidiano da Chapada do Apodi com base em Mendes, Carvalho & Freitas (2016), Carvalho (2013), Lima, Vasconcelos & Freitas (2011) e Freitas (2010); na discussão acerca de juventude rural e educação, recorreu-se a Castro (2005), Sales (2006), Reis (2006) e Sousa (2016); a discussão sobre educação rural e educação do campo foi fundamentada em Caldart (2006) e Molina (2006).

Na pesquisa de campo, foram entrevistados os jovens das comunidades Cabeça Preta, Tomé e Santa Maria, matriculados no ensino médio ou não. Entendemos a oralidade como um recurso imprescindível para a obtenção de material referente à juventude da Chapada, uma vez que oportunizou dar voz a estes sujeitos que há muito são silenciados em suas angústias. Portanto, a fonte oral foi utilizada como recurso metodológico através de entrevistas semiestruturadas, as quais foram realizadas de forma coletiva. Utilizamos gravador digital

e diário de campo, a fim de registrar os depoimentos fornecidos e apresentar a ciência dos mesmos sobre as finalidades da entrevista<sup>4</sup>.

A entrevista aos jovens possibilitou o conhecimento das suas trajetórias escolares; dificuldades no acesso e permanência na educação; os motivos que os levaram a desistir ou não frequentar a escola (aos jovens não matriculados no ensino médio).

### **3. O cotidiano da Chapada do Apodi: lutas para além de terra-território e possibilidades de resistência**

Compreender os desafios que cercam as juventudes rurais e suas trajetórias de escolarização implica em conhecer os contextos em que estão inseridas. Desta forma, a fim de discutir a juventude da Chapada do Apodi mostrou-se fundamental apresentar o avanço do agronegócio na Região e seus impactos, que não são apenas ambientais.

Desde 1990, a Chapada do Apodi, localizada na divisa dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte, vem sediando empresas multinacionais de fruticultura irrigada. Tal espaço, desde então, abriga disputas por terra e território<sup>5</sup>, envolvendo pequenos produtores e empresários do agronegócio. A partir de insumos<sup>6</sup> do estado, como afirma Silva (2014), “[...] se intensifica a expansão agrícola da fruticultura irrigada, voltada à exportação. Paralelamente, ocorre o processo de desterritorialização de famílias e comunidades, que construíram na chapada seu território de vida” (p. 32).

Esta desterritorialização ocorreu, em um primeiro momento, quando as empresas de fruticultura irrigada propuseram a compra das terras agricultáveis da Chapada, barganhadas por preços irrisórios. Todavia, muitas famílias resistiram às investidas das empresas e permaneceram em suas terras por determinado tempo, até se evadirem de forma compulsória diante do contexto de vida insalubre que então passou a prevalecer. Em estudo realizado por Lima, Vasconcelos & Freitas (2011), pode-se entender que nesta situação:

---

<sup>4</sup> Optou-se por não identificar os sujeitos participantes da pesquisa, assim, foram apresentados pseudônimos.

<sup>5</sup> De acordo com Haesbart (2004), “[...]o conceito de território vincula-se à categoria poder, porém não apenas ao poder no sentido concreto de dominação (poder político), mas também ao poder simbólico, ligado à apropriação de determinados grupos para com seu espaço de vivência”.

<sup>6</sup> Segundo Mendes, Carvalho & Freitas (2016, p. 90): “O governo do estado do Ceará cria o Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROCEAGRI), o qual incentiva a ocupação da Chapada do Apodi por grandes empresas nacionais e internacionais, [...] com isenção integral de impostos ao comércio de agrotóxico”.

Após a expansão da empresa multinacional, a expulsão das famílias tornara-se inevitável, conforme conta uma moradora: “A empresa assombrou primeiro, dizendo que o veneno matava e o enxofre fazia mal, aí todo mundo ficou com medo e foi embora”. O uso do enxofre foi uma das principais estratégias da empresa para a “expulsão” das famílias, que se obrigaram a vender as terras pelos preços por ela estabelecidos (p. 11).

Não conseguindo evacuar as comunidades pelo convencimento, ou seja, fazendo os moradores acreditarem nas propostas de desenvolvimento e empregabilidade a partir da vinda das empresas, os latifundiários optaram por expulsar os ainda resistentes/residentes, mostrando-lhes o cenário desolador que os aguardava. Assim, apostando na temeridade da população, o alerta voltava-se ao “apelo” pela saúde, tendo em vista que a área seria pulverizada com agrotóxicos. Obrigados a abandonar suas terras, os moradores efetuaram a venda dos lotes e iniciaram um processo de evacuação das comunidades: migraram da Chapada com destino à zona urbana, em sua maioria passando a compor os bairros Luís Alves de Freitas e Bom Nome, considerados periferia de Limoeiro do Norte; os demais deslocaram-se para outras comunidades da Chapada, como Santa Maria, Santa Fé e Cabeça Preta (Freitas, 2010).

Passado o tempo, o agronegócio se expandiu ainda mais, a ponto de fazer muitos moradores das comunidades anteriormente citadas continuarem a migração para a zona urbana de Limoeiro do Norte ou outras cidades da região do Baixo Jaguaribe. Com a destruição de comunidades, iniciou-se um processo de desterritorialização, uma vez que as relações sociais ali existentes se perderam com a (des)ocupação do território. O caso mais evidente foi a extinção da comunidade Km 69, a qual, segundo Mendes, Carvalho & Freitas (2016), “[...] era formada por cerca de setenta (70) famílias, restando atualmente apenas quatro, que são atingidas pela degradação do agronegócio” (p. 94).

Diante deste processo de desocupação da comunidade e consequente desterritorialização, perderam-se os espaços de encontro entre os moradores. Ou seja, as relações sociais ali constituídas também foram minadas, uma vez que cada território compreende uma territorialidade, definida por Haesbaert (2004) como “[...] as relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (p. 3)

Observando o contexto da Chapada do Apodi, o avanço do agronegócio ocasionou a apropriação do território pelas empresas de fruticultura irrigada, incidindo não apenas no território em si, mas nas relações sociais, pois de acordo com Mendes, Carvalho & Freitas (2016): “Na época, as comunidades possuíam infraestruturas como igreja, escola, clube, etc.,

nas quais as famílias mantinham suas relações de vizinhança” (p. 95). Com isto, perdeu-se um espaço de convivência da juventude rural e formação de identidade camponesa.

De acordo com Silva (2014), o avanço do agronegócio na Chapada do Apodi também ocasionou alguns problemas referentes à saúde da comunidade e dos trabalhadores das empresas:

A “Pesquisa Agrotóxicos” analisou 545 trabalhadores e constatou que 97% dos trabalhadores de empresas do agronegócio estavam sujeitos à exposição aos agrotóxicos em diferentes processos: na preparação de misturas; no trabalho após a pulverização; no armazenamento; no transporte; no descarte de embalagens e até em suas residências, com a limpeza de roupas. Paralelamente e, em consequência dos impactos dos agrotóxicos na saúde dos trabalhadores, as comunidades também são atingidas pela contaminação do solo e da água (p. 42).

As discussões referentes à saúde dos trabalhadores que ocupavam os postos de trabalho nas empresas de fruticultura passaram a ganhar ressonância tornando-se objetos de estudos, sobretudo por pesquisadores do Núcleo TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, da Universidade Federal do Ceará, coordenado pela professora Raquel Rigotto, do curso de medicina. Constatou-se<sup>7</sup> que Limoeiro do Norte concentra 38% de internações a mais para casos de câncer e 40% a mais de óbitos fetais, os quais podem ser associados aos agrotóxicos utilizados no cultivo. Importante também relatar os casos de crianças com má formação congênita ou adoecimento/morte de trabalhadores das empresas.

Os estudos realizados pelo Núcleo TRAMAS inauguraram uma série de discussões sobre o cotidiano da Chapada do Apodi a partir da vinda das empresas, as quais vão se expandindo em virtude do envolvimento da academia neste contexto de luta. De acordo com Silva (2014): “Problemas sociais também foram apresentados nas pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Tramas. [...] É o caso do problema das drogas e da prostituição. A cadeia da fruticultura traz em seu bojo a cadeia da prostituição, uma vez que, onde se instala uma empresa, com ela se instalam os serviços de bares, venda de drogas, formando um círculo vicioso” (p. 45).

Pode-se perceber que a instalação das empresas de fruticultura na Chapada do Apodi não cumpriu sua promessa de desenvolvimento daquela extensão territorial. Pelo contrário, impulsionou a extinção de comunidades, promoveu a desterritorialização destas e acentuou as desigualdades sociais.

---

<sup>7</sup> Ver: <http://www.tramas.ufc.br>.

No decorrer dos anos que se sucederam desde a instalação das empresas no Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, ocorreu o fechamento de escolas rurais, sobretudo nas comunidades KM 69 e Santa Maria, bem como nucleação de escolas de ensino fundamental II nas demais comunidades. Em diálogos com professores da Chapada do Apodi, já se constatou que, em virtude do fechamento destas escolas, os estudantes de 6º ao 9º anos foram remanejados para a Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Joaquim Dino Gadelha, localizada no Cabeça Preta. Desta forma, desde 2017, houve a nucleação de escolas e implantação de salas multisseriadas, fato que ocasionou lotação excessiva das turmas, além da infraestrutura da escola não ter sido pensada para o atual contingente de estudantes.

Em se tratando do ensino médio, os desafios tornam-se mais evidentes, uma vez que não há escola para este nível na Chapada do Apodi, conseqüentemente, os jovens que optam por dar prosseguimento aos estudos precisam deslocar-se à sede do município, como exposto na introdução. Em entrevista realizada com Simone, comunidade Cabeça Preta, esta nos relatou o desafio do deslocamento: “Acordo às 5:30 da manhã, para pegar o transporte às 6:15 que sai da Chapada do Apodi para o colégio Lauro, chego em casa por volta de meio dia” (Simone, 17 anos).

Anteriormente, os jovens da Chapada tinham a opção de estudar na Escola Piamarta, Cabeça Preta, cursando o Ensino Técnico Integrado em Agropecuária. Todavia, por tratar-se de uma instituição sem fins lucrativos, a escassez de recursos materiais impossibilitou a continuidade de oferta do curso. Rodrigo, jovem entrevistado, pertencente à comunidade Tomé, afirma que teve esta oportunidade e deseja dar prosseguimento aos estudos, mesmo diante de tais empecilhos: “Cursei o ensino médio em Quixeré, mas, depois, fiz o Curso em Agropecuária no Piamarta, na época tinha, penso ainda em continuar os meus estudos” (Rodrigo, 28 anos).

Não obstante, a juventude da Chapada do Apodi também é afetada pelos problemas sociais daquele território. De acordo com Carvalho & Almeida (2016), em virtude da situação de extrema pobreza vivenciada por muitos jovens das comunidades da Chapada, frequentar a escola tornou-se uma opção secundária, pois alguns são obrigados a abandonar os estudos para empregar-se nas empresas de fruticultura, indústrias e olarias. O depoimento do jovem Carlos, comunidade Tomé, que interrompeu os estudos em 2014, quando cursava o 1º ano do Ensino Médio, ilustra tal afirmação:

Terminei o 1º Ano do Ensino Médio em 2014, trabalhava pela manhã e estudava a noite. Aí, casei e parei de estudar. Eu não tenho hora para chegar em casa, porque

trabalho em tudo o que aparecer, agora estou numa cerâmica em Flores (Carlos, 20 anos).

É possível perceber que Carlos guarda uma identidade trabalhadora, assim como muitos jovens que, na maioria dos casos, são obrigados a optar entre trabalho ou estudo (Castro, 2005). Leonardo, 20 anos, comunidade Santa Maria, afirma: “Parei no 8º ano, mais ou menos 2010/2011, trabalhava pela manhã e estudava à tarde, aí apareceu trabalho manhã e tarde, é muito difícil trabalhar e tudo. Se tivesse um horário flexível ficaria na escola”.

A fala de João Cleber, 23 anos, comunidade Tomé, nos revela um pensamento contrário ao de Leonardo, quando nos conta: “Fui até o 6º ano no Tomé, não penso em continuar os estudos”. Diante do exposto, concebe-se imprescindível desvelar esta realidade, buscando compreender os motivos que levam tantos jovens a interromper ou não dar continuidade aos estudos. Outrossim, compreende-se que ali se trava uma luta diária por terra, território, emprego, saúde e educação. São direitos negados à população da Chapada, e isso inclui diretamente os jovens.

Isto nos faz refletir sobre os desafios das juventudes rurais. Importa entender que não se pode tratar esta categoria como singular: opta-se por designar ‘juventudes’, que Segundo Reis (2006), “[...] diz respeito à multiplicidade de expressões dos jovens, nos diferentes contextos sociais em que estão inseridos” (p. 64). Em consonância com esta afirmação, compreende-se que não se pode generalizar o termo ‘juventude’, uma vez que é evidente a diferença entre os jovens, do ponto de vista da residência, classe social, gênero e etnia. Reis (2006), assim explica:

[...] a diversidade a que estão submetidas as juventudes que vivem nas metrópoles é, sem dúvida, distinta da diversidade existente em juventudes outras, de médias ou pequenas cidades, e em todas essas, há grandes diferenciações oriundas dos contextos das classes sociais” (p. 62).

Desta forma, ao se fazer referência a juventudes, atenta-se a universos geográficos, vivências, trajetórias, núcleos familiares, identidades, escolarizações de vários sujeitos: histórias. Os jovens da Chapada do Apodi, embora partícipes do mesmo cotidiano, têm trajetórias e histórias distintas, logo, ratifica-se a importância de se reconhecer a categoria juventudes como essencial para compreensão destes sujeitos em suas particularidades. Em se tratando da juventude rural, a discussão contempla algumas características deste espaço. Segundo Sales (2006), o jovem rural está cercado de dilemas:

[...] o campo é o lugar onde estão enraizadas as suas relações afetivas, onde encontram a proteção da família, a companhia dos amigos, onde tem mais tranquilidade, mais segurança e menos violência. Eles pensam ainda que no campo há mais facilidade de possuir uma casa. Faltam, contudo, escola, universidade, emprego e, apesar de ter sempre trabalho, não é rentável e eles despendem muito esforço físico (p. 139).

Estas características da juventude rural podem ser observadas no cotidiano da Chapada do Apodi, sobretudo no que diz respeito às lutas em torno de território e educação. Como salientado nos parágrafos anteriores, à juventude da Chapada é negado o direito ao acesso e permanência na escola e no campo, muitas vezes restando a opção de emprego nas empresas de fruticultura e/ou empresas localizadas em outros município e estados (Carvalho & Almeida, 2016). Sousa (2017) reforça a necessidade de reflexão sobre a permanência da juventude – assim esta o desejo – nos espaços do campo, todavia, atenta que para isto, é imperativo que sejam dadas condições não apenas materiais, mas de formação para os sujeitos.

Assim, é necessário refletir que privar a juventude de frequentar as escolas rurais implica na imposição de um currículo urbanocêntrico e secundarização de uma proposta de educação do campo, a qual, segundo Caldart (2004) e Molina (2006), difere da educação rural por vislumbrar um currículo voltado à realidade do campo e seu desenvolvimento. Na perspectiva da educação do campo, a juventude deveria se apropriar dos saberes historicamente acumulados pela humanidade, a fim de compreender a realidade que vivenciam, fortalecendo uma identidade camponesa. Todavia, torna-se um desafio, dadas as condições então apresentadas. Como romper com a ideia do campo como o prosaico de atraso, num contexto em que predomina a expulsão da juventude de seu espaço como sujeitos sócio-históricos?

Trata-se de um contexto em que imperam interesses antagônicos, todavia, segundo Carvalho (2013), os fatos sucedidos não ocorrem sem a resistência dos moradores das comunidades, evidenciando que, embora o agronegócio concentre terras e território, ainda há uma força contra-hegemônica<sup>8</sup> que se levanta diante das injustiças sociais por ele resultadas.

---

<sup>8</sup> Tal contra-hegemonia se materializa nas denúncias sobre o uso abusivo de agrotóxicos na Chapada, feitas por José Maria Filho, líder comunitário da comunidade Tomé, executado a tiros em 21 de abril de 2010 por fazer ecoar os problemas causados pelo agronegócio; fruto da organização coletiva dos moradores, organizou-se o Movimento 21 (referência à data de execução de José Maria: 21 de abril), a fim de cobrar justiça ao assassinado de Zé Maria e dar prosseguimento à luta por ele iniciada. Posteriormente, em 2014, a ocupação de terras do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, culminando na formação do Acampamento José Maria do Tomé, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Essa unificação de sujeitos vem possibilitando vislumbrar caminhos para a superação das adversidades a que estão submetidas as juventudes da Chapada.

Neste território de resistência e reexistência, as contradições entre opressores e oprimidos tornam-se pautas de luta pela libertação desses últimos.

Desta forma, a organização social e as práticas emancipadoras que então existem na Chapada têm sido algo significativo para trazer à tona os problemas enfrentados pela população das comunidades, a qual vem se organizando para superá-los. A luta que inicialmente voltava-se à terra, agora contempla a saúde, educação, moradia e emprego. Nasce a práxis, no sentido freiriano da palavra. Para Carvalho & Almeida (2016), nessa teia de determinantes, as juventudes da Chapada também se inserem, seja nas atividades organizadas pelo Movimento 21 (Romaria dos Mártires e teatro sobre a problemática dos agrotóxicos), Igreja católica (celebrações com foco na realidade da Chapada) ou Acampamento José Maria do Tomé (místicas, ocupações e Encontro de Jovens).

Assim, como afirmam Mendes, Carvalho & Freitas (2016): “É desse contexto socioeconômico e político que emergem contradições e práxis educativas” (p. 89). A educação popular vem assumindo papel fundamental neste processo, pois possibilita a integração de tantos sujeitos, os quais, partindo da problematização da realidade que os cercam, buscam alternativas de contestação do *status quo*, na perspectiva de construir um novo cenário na Chapada do Apodi.

No que respeita à formação da juventude rural, há iniciativas contra-hegemônicas nascidas neste contexto. Trazemos como exemplo a Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé, que em sua concepção é práxis. Desde 2018, oferta o Curso Técnico em Agropecuária em perspectiva agroecológica e para isto adotou a pedagogia da alternância, fundamentada na educação do campo (que carrega forte marca freiriana), caracterizada pelo tempo-escola e tempo-comunidade. A referida instituição, incipiente, funciona à base do voluntariado, com sujeitos sócio-históricos que acreditam na transformação social. Seria a EFA Jaguaribana o primeiro passo para a formação de uma identidade camponesa da juventude da Chapada do Apodi e consequente permanência no campo? Esta questão poderá ser aprofundada *a posteriori*. Como anunciado no início deste ensaio, o contexto era de negação de direitos – a moradia, saúde, educação, à vida, no entanto, a partir da organização dos sujeitos torna-se contexto de possibilidades.

Todavia, fomentar na juventude rural uma identidade camponesa - historicamente uma identidade de resistência - configura-se um desafio. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), dentre a população empregada em estabelecimentos agropecuários, aproximadamente 2% são jovens de 25 anos, corroborando com a ideia do campo como o lugar do atraso. Assim, impulsionar experiências em educação do campo é fundamental para

romper com este paradigma (Carvalho, 2006), uma vez que sua proposta político-educativa subentende uma nova forma de ser e estar no campo

Nestes tempos em que o Governo Federal prenuncia guerra aos povos originários na região Norte do país e autoriza ao agronegócio a utilização massiva de agrotóxicos no cultivo, a EFA Jaguaribana Zé Maria do Tomé, como projeto institucional contra-hegemônico, exerce papel relevante na profissionalização dos jovens, no reconhecimento do campo como espaço de produção agroecológica, soberania alimentar, sustentabilidade, desenvolvimento de tecnologias para a agricultura familiar e convivência com o semiárido, mas sobretudo em defesa da vida.

Esta pesquisa, referenciada em Freire (1987), denunciou tal realidade de não-garantia do direito à educação, mas também pretende ser anúncio, através das vozes de seus sujeitos, para a possibilidade da construção de caminhos para o cumprimento desta garantia constitucional, mesmo que em experiências não vinculadas à formalidade do Estado. Em tempos em que se prenunciam retiradas de direitos do povo brasileiro, esta pesquisa se posiciona em sua defesa e também contribuirá academicamente para a compreensão da realidade educacional da juventude na Chapada do Apodi.

Por fim, acrescenta-se que esta pesquisa traz pistas para estudos futuros que problematizem, sobretudo, o fenômeno migratório campo-cidade e as estratégias para a permanência da juventude no campo.

## Referências

- Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do movimento sem terra*. São Paulo: Expressão Popular.
- Carvalho, S. M. G. (2013). *A Educação do Campo e o Movimento 21: Novas formas de resistência social à lógica do mercado*. École Bes Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- Carvalho, S. M. G. (2006). *Educação do Campo: PRONERA, uma política em construção*. 2006. Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Carvalho, S. M. G. & Almeida, J. P. G. (2016). *Movimento 21 (M21): Novas experiências de educação do campo e não-formal na Chapada do Apodi- CE*. Encontros de Pesquisa - UNIFOR, Fortaleza. Disponível em: <<https://goo.gl/ZFmiA0>>. Acesso em: 07 abr. 2020.

Castro, E. G. (2005). *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Fernandes, B. M. (1999). *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Editora HUCITEC.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, B. M. C. (2010). *Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Haesbaert, R. (2004). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre.

Lima, L. C., Vasconcelos, T. S. L & Freitas, B. M. C. (2011). *Os Novos Espaços Seletivos no Campo*. Fortaleza: EdUECE.

Ibge. (2017). *Censo agropecuário*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro\\_2017\\_resultados\\_preliminares.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Inep. (2016). *Censo Escolar da Educação Básica - Notas Estatísticas*. Brasília.

Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2001). *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas.

Mendes, J. E., Carvalho, S. M. G. & Freitas, B. M. C. *O agronegócio na Chapada do Apodi e a atuação de resistência do Movimento 21*. In: Da Fontoura, J. L. et. al. (2016). *Vozes do campo: ressignificando saberes e fazeres* (2a ed.). São Leopoldo: Oikos.

Molina, M. C. (2006). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nunes, L. C. F. (2018). *Juventude e escolarização no campo: desafios e perspectivas de educação na Chapada do Apodi*. Monografia de Graduação em Pedagogia, Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil.

Pereira A. S., Shitsuka D. M., Parreira F. J. & Shitsuka R. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1).

Reis, V. (2006). *Juventude e Juventudes*. In: Matos, K. S. L. (Org.). *Jovens e crianças: outras imagens*. Fortaleza: UFC, 2006.

Sales, C. M. V. *Jovens nômades, jovens da terra*. In: Matos, K. S. L. (Org.). *Jovens e crianças: outras imagens*. Fortaleza: UFC, 2006.

Silva, M. L. V. (2014). *Gritos, silêncios e sementes: as repercussões do processo de des-territorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Sousa, K. C. (2017). *Juventudes rurais e educação do campo: projetos de vida em construção*. In: Joca, A.M.; Gonçalves, D.F. (Orgs.). Curitiba: CRV.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

João Paulo Guerreiro de Almeida – 40%

Sandra Maria Gadelha de Carvalho – 20%

Diana Nara da Silva Oliveira – 20%

Leide Carla de Freitas Nunes – 20%